



**PARECER PRÉVIO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12962/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Lábrea.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Gean Campos de Barros - Prefeito Municipal.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2328/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Lábrea. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da Prefeitura Municipal de **Lábrea**, exercício **2020**, sob-responsabilidade do **Sr. Gean Campos de Barros**, Prefeito Municipal de Lábrea, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “B”, da Lei nº 2.423/96, devido às irregularidades a seguir: Achado 05: Descumprimento do Limite de *Despesa com pessoal no 2º Sem/20. Situação encontrada: com base nas informações fornecidas no sistema E Contas/GEFIS e na PCA Processo 12962/2021, verificou-se no decorrer do exercício de 2020, que a Prefeitura Municipal de Lábrea não comprovou o cumprimento do percentual de gasto com pessoal, por afronta ao art. 20, III, “B”, da Lei Complementar nº 101/00 (LRF); Achado nº 12: Ausência de Documentação do Controle Interno. Situação*



**PARECER PRÉVIO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*encontrada: Depois de cobrado através da Solicitação de Documentos n. 03/2020, somente a Lei de criação do Controle Interno nos foi repassada, quais sejam: quadro de servidores do controle interno, estrutura do CI (Equipamentos, Sala Própria, etc); Instrumentos de controle normatizados - padronização de procedimentos; cursos/treinamento dos quadros funcionais do CI, área de atuação nesse exercício (tesouraria/financeiro, recurso humanos, contabilidade, almoxarifado, licitações e contratos, etc); houve a comunicação de irregularidades ao TCE?; Relatórios de auditoria e demais recomendações emitidos no exercício; por desobediência aos arts. 31 70, caput, e 74, caput e incisos, da Constituição da República, arts. 39 e 45, da Constituição Estadual, arts. 76 a 79, da Lei n. 4.320/64, art. 59, da Lei Complementar n. 101/00, arts. 43 a 47, da Lei n. 2.423/96 e Resolução TCE n. 09/2016. Emendas Constitucionais nºs 103/19 e 108/20; Achado nº 13: Não Cumprimento da Transparência Municipal Situação encontrada: Constatou-se que a ausência de um sítio para a Transparência Municipal, com dados demonstrando a transparência na gestão fiscal, por descumprimento do art. 8º, da Lei nº 12527/2011.*

- 11- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**PARECER PRÉVIO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO em 25/05/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 152BFF-1B-84610C8F-4DD53719-6BBC420F



**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12962/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Lábrea.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Gean Campos de Barros (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2328/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Lábrea. Exercício de 2020.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** à Prefeitura de Lábrea, que não reincida no que tange às impropriedades abaixo:

**Achado nº 01:** Ausência de envio de dados do RREO ao TCE. Situação encontrada: No decorrer do exercício de 2020, quanto à análise no Sistema de E-Contas-GEFIS, verificou-se que a Prefeitura Municipal de Lábrea, não enviou as remessas referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em desobediência ao prazo para envio de **45 dias**, estabelecido em legislação;

**Achado nº 02:** Ausência de publicação de dados do RREO. Situação encontrada: Ausência de publicações dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO inerentes ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2020 no sistema E-Contas (GEFIS);

**Achado nº 03:** Ausência de envio de dados do RGF ao TCE. Situação encontrada: No decorrer do exercício de 2020, quanto a análise do Sistema E-Contas-GEFIS, verificou-se que a Prefeitura Municipal de



**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

Lábrea, não enviou ao TCE-AM, os dados referentes ao 1º e 2º semestres do Relatório de Gestão Fiscal- RGF;

**Achado nº 04:** Ausência de publicação de dados do RGF. Situação encontrada: Verificou-se no decorrer do exercício de 2020, que a Prefeitura Municipal Lábrea não publicou os dados dos demonstrativos dos Relatórios de Gestão Fiscal- RGF inerentes ao 1º e 2º semestres no sistema E Contas (GEFIS), conforme evidenciado na supracitada tabela;

**Achado nº 07:** Atraso na disponibilização das Contas ao Poder Executivo da União. Situação encontrada: Conforme o SINCOFI, as contas foram apresentadas no dia 13/05/2021;

**Achado nº 08:** Não Disponibilização das Contas ao Poder Executivo do Estado até 30 de abril. Situação encontrada: A entrega ao Poder Executivo do Estado, se deu através do Ofício n. 075/2021-GAB, datado de 08 de abril de 2021 e recebido na CGE no dia 16/04/2021;

**Achado nº 09:** Não Comprovação das Publicações dos Demonstrativos Contábeis no Diário Oficial dos Municípios. Situação encontrada: Não foi entregue a esta Comissão, os comprovantes de publicação dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e as Variações Patrimoniais no Diário Oficial dos Municípios;

**Achado nº 10:** Ausência do PPA, LDO e LOA, devidamente Publicados. Situação encontrada: Não foi entregue a esta Comissão, o PPA, a LDO e a LOA para o exercício de 2020 para auxiliar no exame das Contas;

**Achado nº 11:** Atraso da Remessa dos Balancetes Mensais. Situação encontrada: Foram remetidos com atraso a esta Corte de Contas, via sistema e-Contas, os balancetes mensais referentes aos meses de Janeiro a Dezembro de 2020;

**10.2. Determinar** que esta Corte de Contas instaurasse Tomada de Contas Especial, de acordo com o art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002, no tocante às irregularidades a seguir:

- a) Ausência de publicação do RREO/RGF, nos termos do art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);
- b) Ausência de disponibilização das receitas com ferramenta de



**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos), na forma do art. 48-A, Inciso II, da LC 101/00; art. 7º, Inciso II, do Decreto 7.185/10;
- c) Ausência de disponibilização das despesas com ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos), de acordo com o art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7º, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade) e art. 7º, Inc. I, do Decreto nº 7.185/2010;
- d) Ausência de dados sobre licitações e contratos com ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos), com esteio no art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8º, §1º, inc. IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3º, caput e § 3º, da Lei nº 8.666/1993;
- e) Ausência de dados sobre a folha de pagamento, com fulcro no art. 48, § 1º, II, arts. 3º, I, II, III, IV e V, e 8º, caput e § 1º, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6º, da CF;
- f) Ausência de adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, conforme art. 48, §1º, III, da LRF.
- g) Adiante, acerca do afastamento das exigências constantes nos artigos 35, 37, 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos recursos destinados ao combate da COVID-19, estes deveriam utilizar a Fonte 481 nas Notas de Empenho, consoante Portaria nº 56/2020-GP/Secex (DOE 21/07/2020).
- h) Achado nº 06: *Ausência de documentos na Prestação de Contas. Situação encontrada: Analisando a Prestação de Contas detectamos a ausência de alguns documentos que a contemplam, ou seja:*

**Resolução nº 27/2013**

Art. 1º:

XXI – termo de conferência de caixa no último dia útil do mês de dezembro, assinado pelo Tesoureiro, Secretário de Finanças e pelo Prefeito;

XXX – atas de Audiências Públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro, conforme determina o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº





**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

101/2000);

XXXIV – demonstrativo de transferências voluntárias firmadas e/ou vigentes no exercício, conforme tabela constante no Anexo II desta Resolução;

XXXV – demonstrativo das licitações realizadas pelas Unidades Orçamentárias no período, conforme tabelas constantes nos Anexos III e IV desta Resolução;

XXXVI – Demonstrativo dos contratos e aditivos firmados pelas Unidades Orçamentárias, conforme tabela constante no Anexo V desta Resolução;

XXXVIII – relação das obras concluídas, paralisadas e em andamento;

XLVII – demonstrativos de que tratam os incisos I a XI do art. 1º, da Resolução TCE nº 11/2012 (Recursos relacionados à Educação), quais sejam:

i) relação de todos os contratos vigentes no exercício custeados com recursos do FUNDEB, inclusive termos aditivos, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, as seguintes informações: nº do contrato/ano, data da celebração, data da publicação, prazo de vigência, valor, nº das Notas de Empenho, objeto resumido, credor com CNPJ ou CPF, nº e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade ao qual se vincula e valor anulado, se for o caso;

XLVIII – relatório e certificado de auditoria, com parecer de dirigentes do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas.

Achado nº 14: *Ausência de controle eficiente de bens do Ativo Imobilizado. Situação encontrada: O controle de bens do Ativo Imobilizado relativo ao exercício de 2020 deu-se de forma deficitário-precária, apresentando lacunas que estão em desconformidade com os arts. 94 e 96 da Lei 4.320/64, nos seguintes aspectos:*

a) *Não há critério definindo dos conceitos adotados na “Situação do*



**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

*Bem” relativo ao estado de conservação do bem patrimonial que são: ótimo, bom, razoável e danificado;*

*b) Os bens como Computadores, impressoras são repassados às Unidades sem Termo de Cautela;*

*Achado nº 15: Ausência de controle dos bens de consumo. Situação encontrada: Verificou-se a inexistência do controle de Almoxarifado em descumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da lei 4.320/64, conforme detalhado a seguir:*

*a) Não há local específico para guarda, organização e acondicionamento dos materiais; b) Ausência de Ficha de Estoque de cada mercadoria contendo a movimentação (entrada com o registro da nota fiscal e saída com o nº da requisição);*

*b) Ausência de controle Informatizado eficiente da movimentação dos materiais (entrada e saída) inexistente ficha de controle manual ou automatizada e ao final do exercício os saldos de todos os itens foram zerados; o jurisdicionado;*

*Achado nº 16: Não estabelecimento, em lei, do Plano de Custeio constante da avaliação atuarial elaborada em 2015, que apontou um déficit técnico atuarial de R\$ 42.885.518,67. Situação Encontrada: Na Avaliação Atuarial de 2015, foi apresentado um plano de custeio para equilibrar o déficit atuarial, no valor de **R\$ 42.885.518,67** (quarenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos). Na ocasião, foi estabelecida uma alíquota mensal inicial de 11,58% para o referido exercício. E, segundo esse plano, em 2020, a alíquota suplementar seria de 16,13%. Assim, por falta de elaboração do projeto de lei, de iniciativa do prefeito de Lábrea, com orientações do LABREAPREV, o plano de custeio não foi levado ao Poder Legislativo para aprovação;*

*Achado nº 17: Ausência de Lei Municipal sobre a alteração da alíquota dos servidores municipais, na forma definida da EC nº 103/2019. Situação Encontrada: Não se verificou a existência de legislação municipal para atender as modificações contempladas na EC Nº 103/2019;*

*Bem como extrair as impropriedades do Relatório Conclusivo nº 179/2022-DICOP (fls. 963/1034) e exportá-lo à futura Tomada de Contas Especial;*

**10.3. Dar ciência ao Sr. Gean Campos de Barros, acerca da decisão, na**





**ACÓRDÃO Nº 62/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.4. Arquivar** o presente processo, após cumprir os prazos regimentais.

- 11- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral